

1. Informações do Instituto

1.1. Contexto Operacional

O Instituto Metodista Centenário (IMC), fundado em 08 de novembro de 1975, é uma associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópica, sem fins lucrativos e filiado à Rede Metodista de Educação, que tem por finalidade:

- I) Atuar como agência educacional da Igreja Metodista, cuja missão é a de participar da ação de Deus em seu propósito de libertar o ser humano e a sociedade de tudo o que os escraviza;
- II) Ministrando o ensino em todas as suas modalidades e níveis;
- III) Formar profissionais, técnicos e cientistas, em todos os campos do conhecimento, capazes de contribuir para o desenvolvimento do país e da humanidade;
- IV) Elaborar programas de pesquisa, estudos e documentação que forneçam subsídios para a solução de problemas regionais e nacionais;
- V) Desenvolver atividades de extensão, incluindo ações de assistência social;
- VI) Ministrando programas de desenvolvimento de pessoas e capacitação profissional;
- VII) Contribuir para a formação de uma cultura fundamentada nos princípios ético-cristãos;
- VIII) Promover-se como centro de elaboração e comunicação de cultura, de modo que responda às condições e necessidades econômicas, sociais, políticas e religiosas;
- IX) Planejar, organizar, coordenar, produzir e apoiar programas, projetos, atividades e eventos culturais;
- X) Servir às comunidades local, regional, estadual e nacional, de acordo com os objetivos e propósitos estabelecidos pela Igreja Metodista e demais órgãos decisórios do próprio IMC, de conformidade com a legislação vigente;
- XI) Servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e à promoção do ser humano;
- XII) Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições científicas e culturais nacionais ou internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das letras e das artes;
- XIII) Difundir a cultura física e desportiva;
- XIV) Realizar programas, projetos e atividades correlatas.

O Instituto é mantenedor de atividades educacionais do ensino fundamental e ensino médio por meio do Colégio Metodista Centenário e nos cursos de graduação por meio da Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES).

1.2 Impostos, contribuições e programas de bolsas

(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

O Instituto, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, e o artigo 150 da Constituição Federal;

(ii) Programa de integração social - PIS

O Instituto, mesmo sendo uma instituição sem fins lucrativos e filantrópica, fica sujeito a questionamentos quanto ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/97; porém, por meio de Ação Judicial busca o reconhecimento da imunidade garantida pela Constituição Federal. Tal pedido, inclusive, é respaldado por decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no Recurso Extraordinário RE 636.941 Rio Grande do Sul, que transitou em julgado perante o STF na data de 22/04/2014. Assim, até mesmo o prazo da União Federal tentar reabrir a questão via ação rescisória, está superado e precluso;

(iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS

O Instituto, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Instituição, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e nº 10.833/03;

(iv) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Devido ao Instituto possuir o Certificado de Entidade Beneficentes de Assistência Social - CEBAS e ter reconhecido sua filantropia, a instituição é isenta de recolhimento da cota patronal do INSS. Em contrapartida, é requerido que o Instituto conceda bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na Nota Explicativa nº 17;

(v) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

A Instituição goza de Imunidade Tributária conforme o disposto na letra "c", do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal;

(vi) Benefícios do Programa Universidade para Todos - PROUNI

O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213/04, convertida na Lei Ordinária nº 11.096/05, e regulamentado pelo Decreto nº 5.493/05, com a finalidade de conceder bolsas integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos. A gestão do PROUNI cabe ao MEC com o qual o Instituto firmou termo de adesão, desde 2005. A Instituição utiliza o PROUNI na composição de suas gratuidades para o cumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos em bolsas de estudos.

1.3 Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2018, a instituição apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 2.848.207 (R\$ 1.199.391 negativo em 31 de dezembro de 2017) e patrimônio líquido positivo de R\$ 4.496.753 (R\$ 6.167.977 positivo em 31 de dezembro de 2017).

A Administração continua adotando uma série de medidas para equacionar a atual situação patrimonial e financeira e permitir a liquidação e/ou renegociação de suas obrigações de curto prazo e para isso mantém as estratégias já implementadas em anos anteriores, com base em seu planejamento estratégico:

- Expandir a receita pela captação de novos alunos;
- Melhorar a retenção dos alunos nos principais cursos;
- Corrigir as mensalidades a fim de estarem alinhadas aos índices de atualização dos principais custos da instituição;
- Reduzir as despesas e os custos com pessoal;
- Analisar a margem de contribuição de cada curso, avaliando semestralmente quais cursos devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados;
- Manter e pleitear novos parcelamentos dos tributos federais, que permite a adimplência fiscal por meio do pagamento de uma parcela mensal compatível com a realidade financeira da instituição;
- Reduzir os encargos financeiros por meio da captação de novos empréstimos e renegociação dos empréstimos existentes;
- Intensificar a participação de programas governamentais (bolsas), melhorando o fluxo financeiro de recebimento;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

- Melhorar o processo de cobrança e acompanhamento das contas a receber, reduzindo o nível de inadimplência;
- Usar a evolução contínua dos processos administrativos financeiros, buscando agilizar as rotinas internas e melhorar o nível de controle do Instituto;
- Renovar e atualizar seus recursos tecnológicos;
- Adotar práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário.

O conjunto dessas ações faz parte do planejamento de equilíbrio econômico e financeiro da Instituição, que visa a eliminação das dívidas trabalhistas e redução de passivos tributários, bem como a redução no volume de endividamento bancário.

Devido à crise política e econômica que o país vem enfrentando nos últimos anos e que afeta diretamente as instituições de ensino, a recuperação institucional será um processo mais lento, pois também dependerá da melhora do cenário nacional.

Além das ações elencadas acima, a Administração tem planos para alienação de bens imóveis para injetar os recursos na operação, com o objetivo de reverter o desempenho dos índices de liquidez.

A Administração do Instituto acredita que mantendo todas essas medidas e implantando outras que se fizerem necessárias, os resultados esperados serão alcançados e teremos a equalização do fluxo financeiro.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002 R1) e também pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo.

Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2.1. Moeda Funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Instituto.

2.2.2. Apresentação dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes referem-se à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não sejam as transações de capital.

2.2.3. Reconhecimento de receitas e bolsas de estudos concedidas

A receita é apresentada líquida das devoluções, das bolsas de estudos e dos descontos concedidos (Nota Explicativa nº 18).

(i) Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a instituição e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidades dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas incluem mensalidade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), educação básica, cursos de extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares;

(ii) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei 12.101;

(iii) Receitas antecipadas - matrículas

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência dessa prática peculiar ao mercado de ensino, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, nos meses em que ocorrer a prestação dos serviços.

2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.2.5. Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e são compostas pelas mensalidades dos alunos, pelos créditos educacionais e pelos acordos celebrados das mensalidades vencidas.

As mensalidades a receber - Bolsa FIES estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal (CEF), sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários), Imposto de Renda retido dos funcionários da Instituição e retenções sobre serviços.

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com créditos decorrentes de mensalidade, cheques a receber e renegociação, considerados de difícil realização.

2.2.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos os valores da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações de outros ativos são calculadas com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada conforme aplicação dos percentuais definidos na Nota Explicativa nº 8.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

2.2.8. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.2.9. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*'pro rata temporis'*).

2.2.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.11. Provisão para férias e 13º salário

A provisão para férias e 13º salário é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados acrescidos dos correspondentes encargos sociais.

2.2.12. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.13. Redução ao valor recuperável dos ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Caixa	4.717	1.822
Bancos conta movimento	34.500	17.055
	<u>39.217</u>	<u>18.877</u>

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

4. Mensalidades a receber

Descrição	2018	2017
Mensalidades a Receber	1.916.329	1.789.879
Bolsa FIES	1.651.970	1.447.123
Créditos a receber - Cartão de crédito	145.330	178.615
Cheques em cobrança	129.510	133.434
Confissão de dívida em faturas	101.925	92.993
Confissão de dívida de cheques	56.439	64.784
Cheques devolvidos a tesouraria	48.502	48.153
Bolsa Restituível	15.066	8.560
Cheques a compensar	3.571	3.571
Estimativa de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.365.542)	(1.168.098)
	2.703.099	2.599.014

O Instituto adotou como política manter contabilizado o saldo de mensalidades escolares dos últimos quatro anos, deduzindo de estimativa para perdas calculadas em relação aos seus vencimentos. Decorridos três anos, os valores são baixados da contabilidade, porém o processo de cobrança continua.

As renegociações de dívidas escolares referem-se aos acordos efetuados com os alunos de mensalidades já vencidas, deduzido de estimativas para perda constituída sobre os cheques em cobrança e os cheques devolvidos.

Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Descrição	2018	2017
PECLD - Mensalidades a receber	(1.151.856)	(953.963)
PECLD - Cheques e cobrança judicial	(178.012)	(181.587)
PECLD - Confissão dívidas	(35.674)	(32.548)
	(1.365.542)	(1.168.098)

A estimativa de perda foi baseada na incerteza da realização desse ativo, na qual foi adotado o critério para mensalidades atrasadas conforme mencionados a seguir:

- Acima de 361 dias, estimativa de 100%;
- De 360 a 271 dias, estimativa de 75%;
- De 270 a 181 dias, estimativa de 50%;
- De 180 a 91 dias, estimativa de 25 %;
- Abaixo de 89 dias não constitui estimativa.

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

Já para os cheques em cobrança judicial e confissão dívida a estimativa é de 100% sobre o montante dos cheques devolvidos e 35% sobre confissão de dívida.

5. Contas a receber

Descrição	2018	2017
Adiantamento a fornecedores	112.139	52.377
Adiantamento de Viagem	5.940	1.200
Adiantamento de Funcionários	7.778	18.385
Total	125.858	71.962

6. Depósitos judiciais

Descrição	2018	2017
Depósitos judiciais - trabalhistas	7.058	7.058

Referem-se aos depósitos para recursos e bloqueios judiciais em contas bancárias.

7. Compromissos a receber

Descrição	2018	2017
Compromissos a receber	8.272.085	6.937.200

Os principais saldos de ativos a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são relativos a operações com as Instituições de Ensino da Metodista, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

8. Imobilizado

a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa anual de Depreciação Amortização	2018			2017
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10%	968.761	(909.183)	59.578	151.998
Equipamentos de informática	20%	733.394	(631.207)	102.187	181.741
Biblioteca	10%	439.230	(342.299)	96.930	136.140
Terrenos		345.943	-	345.943	345.943
Maquinas e equipamentos	10%	409.036	(266.385)	142.651	67.843
Instalações	10%	8.268	(5.019)	3.250	4.077
Equipamentos de Comunicação	10%	5.260	(1.602)	3.658	4.710
Equipamentos de Ensino	10%	3.550	(1.116)	2.434	2.789
Imobilização em curso		29.577		29.577	
Consorcio de veiculo em andamento		15.808		15.808	
		2.958.826	(2.156.811)	802.015	895.241

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

b. Movimentação do custo

	2017	2018			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Móveis e utensílios	966.632	2.129	-	-	968.761
Equipamentos de informática	733.394	-	-	-	733.394
Biblioteca	438.187	1.042	-	-	439.230
Terrenos	345.943	-	-	-	345.943
Maquinas e equipamentos	303.180	105.856	-	-	409.036
Instalações	8.268	-	-	-	8.268
Equipamentos de Ensino	3.550	-	-	-	3.550
Equip. de Comunicação	5.260	-	-	-	5.260
Imobilização em curso		29.577	-	-	29.577
Consortio de veículo em andamento		15.808	-	-	15.808
Total	2.804.414	154.413	-	-	2.958.826

9. Intangível

a. Composição dos saldos

	Taxa de amortização Anual (%)	2018			2017
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de uso de software	20	39.289	(3.617)	35.672	35.857

Descrição	2017	2018			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Softwares	39.289	-	-	-	39.289

10. Empréstimos e financiamentos

Circulante	2018	2017	Tipo	Vencimento final	Custo financeiro	Garantias
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A	-	156.256	Conta garantida	17/08/2018	0,40% a.m	Receíveis
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A	433.333	-	Conta garantida	09/02/2020	0,40% a.m	Receíveis
Total Circulante	433.333	156.256				
Não Circulante	2018	2017	Tipo	Vencimento Final	Custo financeiro	Garantias
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A	18.750	-	Conta garantida	09/02/2020	0,40% a.m	Receíveis
Total não circulante	18.750	-				

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

11. Obrigações trabalhistas

Descrição	2018	2017
FGTS a recolher	1.342.677	792.112
Férias	442.836	410.043
INSS a recolher	345.591	255.712
Salários e Ordenados	280.294	285.369
Rescisões e homologações	111.908	71.390
Outros	77.102	89.355
FGTS Férias	26.740	32.755
Consignações Financeiras de Empregados	22.117	69.992
Estagiários	12.247	13.179
13º salário	1.030	108.861
FGTS 13º Salário	82	12.799
PIS a recolher	-	38.779
Pis Férias	-	4.093
Total	2.662.624	2.184.441

Devido ao processo de reestruturação administrativa e acadêmica do Instituto, houve um aumento dos valores a recolher, para sanar essas obrigações serão pleiteados parcelamentos.

12. Obrigações tributárias

Descrição	2018	2017
IRRF s/ salários	451.010	282.364
INSS s/ serviços	136.021	90.450
ISS s/ serviços	10.546	9.448
PCC s/ serviços	5.284	8.896
IRRF s/ serviços	1.903	3.480
Total	604.764	394.639

Face à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar o recolhimento de parte das retenções de tributos federais. Para sanar as referidas obrigações pleiteia parcelamentos junto aos órgãos fiscais.

13. Parcelamentos

Descrição	Circulante		Não Circulante	
	2018	2017	2018	2017
Parcelamento FGTS (a)	58.556	50.578	73.810	91.420
Parcelamento Refis 11.941/09 (b)	38.633	37.448	199.603	221.568
Parcelamento INSS (c)	19.273	19.273	-	-
	116.461	107.299	273.413	312.988

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

- (a) Em 2016 teve a consolidação do Parcelamento FGTS das competências 10/2015 a 04/2016 a serem amortizadas em 60 parcelas;
- (b) O valor do Refis Lei nº 11.941/09 corresponde ao parcelamento em 180 parcelas, cuja consolidação ocorreu em junho de 2011. O valor de cada parcela mensal é acrescido de juros equivalentes a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e SELIC, mais 1% ao mês;
- (c) Refere-se a Parcelamento de INSS.

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

14. Provisões para demandas judiciais

Nas datas das demonstrações contábeis, o Instituto apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	2018			2017		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Circulante						
Trabalhistas	50.000	-	50.000	23.296	-	23.296
Cíveis	7.880	-	7.880	13.880	-	13.880
Tributárias	548.694	-	548.694	-	-	-
	606.574	-	606.574	37.176	-	37.176
	2018			2017		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Não Circulante						
Trabalhistas	1.294.724	7.058	1.287.666	195.000	7.058	187.942
Cíveis	-	-	-	-	-	-
Pis Sobre a Folha de Pagamento	-	-	-	-	-	-
	1.294.724	7.058	1.287.666	195.000	7.058	187.942
Total	1.901.298	7.058	1.894.240	232.176	7.058	225.118

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

A movimentação da provisão no exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	232.176
Movimentação líquida	1.669.122
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.901.298

14.1. Natureza das contingências

O Instituto é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, e amparadas pela opinião de seus consultores legais externos.

No ano de 2018 houve um aumento das provisões, decorrente da situação financeira do Instituto, optou-se pela efetivação das obrigações de maior impacto na operação em detrimento das obrigações decorrentes da reestruturação administrativa e acadêmica, as quais são objeto de recomposição nas esferas administrativa e/ou judicial.

14.2. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Instituto com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis.

15. Compromissos a pagar

Descrição	2018	2017
Compromissos a pagar	184.984	-

Os saldos são relativos às operações com as Instituições Metodista de Ensino, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

16. Patrimônio líquido

O Patrimônio social do Instituto é constituído de bens, direitos, obrigações de qualquer natureza e por déficits e superávits acumulados desde a data de sua constituição os quais são mensurados e registrados com obediência à legislação específica aplicável e às práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

17. Gratuidades por meio de bolsas de estudo

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei nº 12.101:

	2018		2017	
	Educação Superior	Educação Básica	Educação Superior	Educação Básica
Quantidade de alunos				
Número de alunos matriculados	590	498	634	472
Número de alunos pagantes	454	377	525	397
Quantidade de bolsistas gratuidade				
Bolsistas Integrais (100%)	94	73	109	73
Bolsistas Parciais (50%)	71	25	85	29
Total bolsistas	165	98	194	102

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	2018			2017		
	Educação Superior	Educação Básica	Total	Educação Superior	Educação Básica	Total
Bolsas Gratuidade						
Bolsas Integrais (100%)	1.075.072	552.689	1.627.761	1.162.279	323.258	1.485.537
Recursos próprios	166.212	552.689	718.900	184.938	323.258	508.196
PROUNI	908.861	-	908.861	977.341	-	977.341
Bolsas Parciais (50%)	364.152	93.773	457.925	496.882	97.586	594.468
Recursos próprios	-	93.773	93.773	3.460	97.586	101.046
PROUNI	364.152	-	364.152	493.422	-	493.422
Valor total de Gratuidades	1.439.224	646.462	2.085.686	1.659.161	420.844	2.080.005
Outras Bolsas (não atendem o perfil da filantropia)						
Educação Básica e Superior						
Outras Bolsas Integrais (100%)	10.253	13.581	23.834	-	5.826	5.826
Outras Bolsas Parciais (50%)	214.046	141.449	355.494	278.198	119.741	397.939
	224.299	155.029	379.328	278.198	125.567	403.765

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

18. Receita operacional líquida

	2018	2017
Receita de ensino	12.510.362	11.955.049
Receita administrativa	83.480	28.940
	12.593.842	11.983.989
Deduções da receita		
Bolsas gratuidade	(2.085.686)	(2.080.005)
Outras Bolsas	(379.328)	(403.765)
Descontos concedidos	(810.738)	(592.041)
Receita operacional líquida	9.318.090	8.908.178

19. Custo dos serviços prestados

	2018	2017
Salários	(4.610.125)	(3.913.903)
Encargos e Benefícios	(288.009)	(335.932)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(120.155)	(120.716)
Depreciação e Amortização	(7.629)	(8.106)
Gerais e administrativas	(24.664)	(45.278)
Outros operacionais	(92.715)	(70.497)
	(5.143.295)	(4.494.432)

20. Despesas com pessoal

	2018	2017
Salários	(1.299.096)	(1.597.028)
Encargos e Benefícios	(625.301)	(548.373)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(90.809)	(42.807)
	(2.015.205)	(2.188.208)

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

21. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Manutenção e Conservação	(425.554)	(173.241)
Propaganda e Publicidade	(190.126)	(55.244)
Energia Elétrica	(172.561)	(156.202)
Impostos e Taxas	(79.375)	(21.817)
Transporte em geral	(59.092)	(57.694)
Serviços de Terceiros	(57.113)	(34.024)
Material de Uso e Consumo	(53.429)	(60.967)
Água	(36.645)	(32.450)
Outras despesas	(25.488)	(17.247)
Telecomunicações	(6.788)	(45.216)
Material Didático	(4.711)	(4.826)
Material Clínico Hospitalar	(1.036)	(203)
	(1.111.918)	(659.131)

22. Outras despesas operacionais

	2018	2017
Outras despesas operacionais	(288.522)	(263.626)
Licença e manutenção do uso de softwares	(113.238)	(120.467)
Contribuições a Associações	(17.052)	(21.303)
Consultorias	(14.432)	(12.401)
Alugueis (a)	(12.182)	(158.967)
Lanches e Refeições	(12.010)	(6.936)
Viagens e Estádias	(8.725)	(6.735)
Serviços gráficos	(8.358)	(20.078)
	(474.520)	(610.512)

(a) Em 2018 houve redução do valor, devido ao distrato do contrato de locação da AIM - Associação da Igreja Metodista.

23. Despesas financeiras

	2018	2017
Juros e Multas Passivos	(527.696)	(308.085)
Despesas Bancárias	(179.781)	(89.428)
Juros e Multas Passivos - Parcelamentos	(66.360)	(187.605)
IOF/IOC	(7.171)	(49)
Descontos Concedidos	(1.656)	(416)
IRRF S/ Operações Financeiras	(761)	(1.671)
Variação Monetária	-	(433)
	(783.425)	(587.688)

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

24. Receitas Financeiras

	2018	2017
Juros e Multa Ativos	975.540	753.652
Descontos Obtidos	7.097	2.368
Rendimentos s/ Aplicações	2	6
Variação Monetária Ativa	(89)	1.206
	<u>982.550</u>	<u>757.232</u>

25. Instrumentos financeiros derivativos

O instituto classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O instituto classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e lucros a pagar, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

26. Seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com os outros institutos de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da autoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

27. Declarações de impostos e contribuições

As declarações de Imposto de Renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais. Outros impostos, contribuições e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários, permanecem em aberto para revisão por períodos variáveis de tempo.

28. Eventos Subsequentes

Em função do recebimento de novas ações judiciais, após o fechamento do balanço, o instituto estima um acréscimo de contingências com perda provável, no montante R\$ 367.178, não ocorrendo outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações do Instituto.

29. Aprovação para emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram aprovadas para emissão pelo Conselho de administração e diretoria geral em reunião realizada em 29 de novembro de 2019.

Robson Ramos de Aguiar
Diretor Geral

Angela Maria Quartarolo Gallo
Contadora CRC: 1SP198145/O-3

As demonstrações contábeis foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independes
SS - CRC 2SP 013846/O-1, com parecer emitido em 29/11/2019.